

HADDAD NEGA VERSÃO DE PLANO

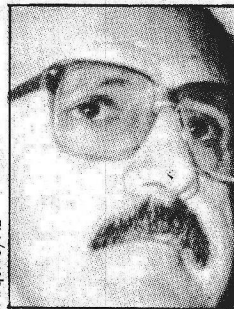
E critica reportagem sobre um suposto pacote de sua autoria

“Isto é uma grande mentira; fiquei chocado com a má qualidade do texto e com as inverdades publicadas”. Com esta afirmação, o ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, negou a veracidade da matéria publicada na revista “Veja” desta semana, onde estaria o seu suposto plano de estabilização.

Segundo Haddad, que afirmou ter alertado os jornalistas e responsáveis pela matéria, a revista baseou-se num documento que circulava com sugestões no Ministério da Fazenda, no mês

de dezembro, quando o cargo ainda era ocupado pelo ex-ministro Gustavo Krause.

Haddad ressaltou que as propostas deste documento sequer foram levadas ao presidente Itamar Franco, já que tanto ele quanto Krause desaprovaram as medidas. A princípio, Haddad não pretende processar a revista. Entretanto, adiantou que vai publicar nota



Arquivo/AE

oficial para tranquilizar o mercado financeiro.

Mais uma vez, Haddad reafirmou sua posição contrária à pré-fixação de preços, o que ele considera, para o setor privado, “uma idiotice”. Entretanto, Haddad admitiu a pré-fixação para as tarifas públicas, quando os índices inflacionários comesçassem a ceder. “Seria uma forma de o governo dar sua contribuição”, comentou.

Em relação ao seu programa de estabilização, que seria entregue ao presidente no próximo dia 13 de março, Haddad revelou que grande parte ainda seria redigida, entre elas as medidas para aceleração do processo de privatização e as políticas social compensatória e de rendas. “O programa de combate à inflação pressupõe o controle sobre a quantidade de moeda em circulação e das finanças públicas”, acrescentou Haddad em relação a seu plano.

Após o ajuste fiscal, Haddad pretendia segurar as despesas a ponto de gerar um superávit equivalente a US\$ 4 bilhões. Es-

ses recursos seriam destinados à compra de metade da dívida pública do governo federal, que estava nas mãos do Tesouro e venceria este ano. Com a credibilidade da população, Haddad pretendia, em seguida, negociar com as forças produtivas, movimentos sindicais e Congresso Nacional, as alternativas necessárias para queimar o processo de estabilização econômica.

Quanto à possibilidade de alongamento da dívida pública, Haddad esclareceu que ele aconteceria através de mecanismos de mercado, como leilões, descartando mais uma vez as possibilidades de congelamento. Dessa forma, Haddad negou que adotaria “uma privatização selvagem”, realizada com aplicações de renda fixa. O processo de privatização seria acelerado, dentro da legislação vigente, sem nenhum mecanismo compulsório e sem quebra das relações contratuais. Sua intenção era enviar essa sugestão ao Congresso Nacional após aprovação do presidente Itamar Franco e, com os recursos obtidos (estimados em US\$ 10 a US\$ 15 bilhões) resgatar a dívida pública de curto prazo.